

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025**

Institui e implementa, no âmbito do Município de Vitória da Conquista, o Programa Municipal de Educação e Prevenção à Violência contra a Mulher – “BASTA!!!”, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vitória da Conquista aprova a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Vitória da Conquista, o Programa Municipal de Educação e Prevenção à Violência contra a Mulher – “BASTA!!!”, destinado a promover ações educativas, preventivas e intersetoriais para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Art. 2º** O Programa “BASTA!!!” tem como finalidades:

I – Implementar conteúdos educativos sobre prevenção à violência contra a mulher nas escolas públicas e privadas da rede municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021;

II – Promover o desenvolvimento socioemocional de estudantes e famílias mediante metodologias pedagógicas, psicanalíticas e cognitivo-comportamentais;

III – Envolver alunos, pais, professores e gestores em um processo continuado de conscientização, igualdade de gênero e cultura de paz;

IV – Integrar educação, saúde, assistência social e segurança pública para fortalecer a rede de proteção à mulher;

V – Estimular o uso de tecnologias de apoio, prevenção e segurança.

**Art. 3º** O Programa será executado pela Secretaria Municipal de Educação, em cooperação com:

I – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II – Secretaria Municipal de Saúde;

III – Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres;

IV – Guarda Municipal;

V – Conselho Tutelar;

VI – Organizações da sociedade civil e instituições educacionais parceiras.

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá disponibilizar materiais pedagógicos e recursos educativos destinados à prevenção da violência contra a mulher, observando as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação.

§1º Poderão ser utilizados livros, cartilhas, materiais digitais, vídeos educativos, guias familiares e outros instrumentos pedagógicos.

§2º Os materiais adotados deverão estar alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

§3º A produção, aquisição e distribuição poderão ocorrer mediante parcerias, convênios e cooperação técnica com instituições públicas ou privadas.

**Art. 5º** As ações educativas do Programa incluirão, entre outros temas:

I – Tipos de violência doméstica e familiar previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);

II – Igualdade de gênero e desconstrução de estereótipos;

III – Relacionamentos saudáveis e convivência ética;

IV – Autoconhecimento, autoestima, empatia e resolução de conflitos;

V – Femicídio: causas, prevenção e impactos sociais;

VI – Direitos das mulheres e canais de denúncia;

VII – Cultura de paz e prevenção de comportamentos agressivos.

**Art. 6º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias público-privadas, convênios e cooperação técnica com universidades, entidades sociais, empresas especializadas e instituições de segurança pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Carmem Lúcia, 17 de novembro de 2025.



**Câmara Municipal**  
Vitória da Conquista

**(77) 3086-9600**

**RUA CORONEL GUGÉ - 150,  
BAIRRO CENTRO, CEP 45000-510  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

**Gabriela de Diego Garrido**  
**Vereadora de Vitória da Conquista**



Pelo bem de nossa **gente!**

 [camaravc.ba.gov.br](http://camaravc.ba.gov.br)

  [@camaravc](https://www.facebook.com/camaravc)

 [Câmara de Vitória da Conquista](#)

## JUSTIFICATIVA

A violência contra a mulher permanece como uma das mais graves violações de direitos humanos em nosso país, impactando diretamente a dignidade, a saúde física e emocional, a autonomia e, em muitos casos, a própria vida das mulheres. O fenômeno, profundamente enraizado em desigualdades históricas de gênero, exige respostas efetivas, integradas e constantes do Poder Público, sobretudo no âmbito educacional e comunitário, onde se formam valores e se consolidam comportamentos.

Nesse sentido, o Programa Municipal de Educação e Prevenção à Violência contra a Mulher – “BASTA!!!” representa uma política pública estratégica, moderna e alinhada às diretrizes nacionais de enfrentamento da violência de gênero. A iniciativa materializa os preceitos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), especialmente no que diz respeito à prevenção e à educação, bem como atende ao comando da Lei Federal nº 14.164/2021, que determina a inclusão de conteúdos relativos aos direitos das mulheres no currículo escolar.

Ao instituir ações educativas articuladas entre escolas, famílias e comunidade, o Programa “BASTA!!!” propõe uma mudança cultural de longo prazo, essencial para desconstruir estereótipos, promover a igualdade de gênero e fortalecer uma cultura de paz. A abordagem intersetorial prevista na Lei, envolvendo educação, saúde, assistência social, segurança pública e órgãos de proteção, assegura que a prevenção seja tratada como responsabilidade coletiva, e não como um esforço isolado.

Além disso, o foco no desenvolvimento socioemocional de crianças, adolescentes e famílias garante que a política pública vá além da transmissão de conteúdo: ela forma cidadãos conscientes, empáticos e capazes de construir relações saudáveis. Trata-se de uma intervenção com impacto direto na redução de comportamentos agressivos, na prevenção precoce da violência doméstica e no fortalecimento de vínculos familiares.

A utilização de tecnologias de apoio, de materiais pedagógicos atualizados e de metodologias contemporâneas reforça o caráter inovador da proposta e permite maior alcance das ações, ampliando a efetividade do Programa.

Diante da urgência do tema, da relevância social e educacional da matéria e do compromisso constitucional de proteger a mulher de todas as formas de violência, o presente Projeto de Lei se apresenta não apenas como necessário, mas como inadiável. Vitória da Conquista tem a oportunidade de avançar na construção de políticas públicas robustas, exemplares e comprometidas com a vida e com a dignidade das mulheres.